

MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9910-324 MADALENA DO PICO
TELEF. 292 628 700
TELEFAX. 292 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

**ACTA
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA**

Local: Salão Nobre da Câmara Municipal.

Data: 21-10-2010

Iniciada às: 10:00

Aprovada em minuta a 21-10-2010

ORDEM DO DIA**I. Divisão Administrativa e Financeira**

- 1 - Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal da Madalena, realizada a 7 de Outubro de 2010 - Para deliberação;
- 2 - Informação dos Responsáveis de cumprimento das deliberações da última reunião - Para conhecimento;
- 3 - Relatório de Actividades dos Serviços, no período compreendido entre 30 de Setembro e 13 de Outubro de 2010 - Para conhecimento;
- 4 - Futebol Clube da Madalena - Horários de Inverno SATA/Domingo - Para conhecimento;
- 5 - Escola Profissional do Pico - Inscrição no Programa Eco-Escolas - Declaração de Inscrição - Para deliberação;
- 6 - Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico - Inscrição no Programa Eco-Escolas - Declaração de Inscrição - Para deliberação;
- 7 - Informação n.º 136 de 15/10/2010 - Gabinete de Estudos e Planeamento - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Para deliberação;
- 8 - Informação n.º 56 de 14/10/2010 - Divisão Administrativa e Financeira - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - Para deliberação;
- 9 - Casa Pronta - Documentos a disponibilizar pelas Câmaras às Conservatórias - Para deliberação;

10 - Resumo diário da tesouraria referente ao dia 20 de Outubro de 2010 - Para conhecimento;

11 - 13.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano - Para deliberação

II. Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos

II.1. Informações Prévias

1 - José Fernando Gaspar da Rosa - Processo n.º 005/2010 - Para deliberação.

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente:	Jorge Manuel Pereira Rodrigues.
Vice-Presidente:	José António Marcos Soares
Vereadores:	Marco José Freitas da Costa Fernanda Maria Rodrigues Soares Medeiros

Verificou-se a ausência do Vereador Hernâni Hélio Jorge.

Estiveram ainda presentes, a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, em regime de substituição, Sílvia Seco, o Chefe da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, em regime de substituição, Manuel Sançana, a Técnica Superior Hélia Dutra, em substituição da Coordenadora Técnica da Secção Contabilidade, Taxas e Licenças, Leontina Silva, a Coordenadora Técnica da Secção de Pessoal, Património e Aprovisionamento, Maria Manuela Serpa, a Assistente Técnica Maria Isabel Costa, em substituição da Coordenadora Técnica da Secção Expediente, Arquivo e Documentação, Conceição Jorge, que apresentaram ao executivo camarário, para deliberação, os assuntos que no âmbito dos seus departamentos necessitavam de deliberação camarária, e que nos termos da legislação, ao efeito aplicável, cumpriram todos os formalismos legais para que a Câmara, sobre os mesmos, pudesse decidir.

A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal da Madalena, Jorge Manuel Pereira Rodrigues e secretariada pelo seu Adjunto, Mário Silva.

O Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

1. Proposta de abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações públicas de emprego por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de 5 postos de trabalho na categoria de Técnico Superior e 2 postos de trabalho na categoria de Assistente Técnico – Para deliberação;
2. Pedido de alteração da concessão do direito de exploração do Parque de Campismo Municipal da Madalena – Para deliberação;
3. Centro de Actividades Ocupacionais para Jovens com Deficiência da Santa Casa da Misericórdia da Madalena - Inscrição no Programa Eco-Escolas - Declaração de Inscrição - Para deliberação;
4. Pedido de transferência de verbas no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre a Câmara Municipal da Madalena e a Junta de Freguesia de São Caetano – Para deliberação;
5. Pedido de prolongamento de horário de funcionamento pontual para o dia 31 de Outubro de 2010 até às 04:00h, para o Bar da Casa do Povo de São Mateus – Para deliberação;
6. Pedido de prolongamento de horário de funcionamento pontual para o dia 6 de Novembro de 2010 até às 03:00h, para José Manuel da Silva Moreira – Para deliberação;
7. Aquisição do edifício para a Sede da Junta de Freguesia de São Mateus – Para deliberação;
8. Projecto de Arquitectura (alteração) Jeirões - Apartamentos Turísticos, Lda. - Processo n.º 015/2006 - Para deliberação;
9. Projecto de Especialidades de João Luís Alvernaz de Melo. - Processo n.º 061/2009 - Para deliberação;
10. Empreitada de ampliação e remodelação da Rede de Abastecimento de Água no Concelho da Madalena do Pico, 1º Auto de Setembro de 2010 – Para conhecimento.

Deliberação n.º 437/2010 (21-10-2010)

- Introduzir os pontos no período de antes da ordem do dia.

Deliberação tomada por unanimidade.

1. Proposta de abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações públicas de emprego por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de 5 postos de trabalho na categoria de Técnico Superior e 2 postos de trabalho na categoria de Assistente Técnico – Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, a informação com o registo n.º 1464/2010, de 14 de Outubro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – “No seguimento das orientações emanadas de V. Exa., anexo se remete, informação devidamente elaborada, relativa à proposta de abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações públicas de emprego por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de 5 postos de trabalho na categoria de Técnico Superior e 2 postos de trabalho na categoria de Assistente Técnico, postos estes previstos no mapa de pessoal aprovado para o corrente ano e anexo ao orçamento.

Mais se informa que a presente proposta deverá ser presente a autorização do executivo camarário, nos termos do n.º 3 do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho (PEC).”, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 438/2010 (21-10-2010)

- **Autorizar a abertura de Procedimento Concurral Comum.**

Deliberação tomada por unanimidade.

2. Pedido de alteração da concessão do direito de exploração do Parque de Campismo Municipal da Madalena – Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, o registo n.º 7387/2010, de 19 de Outubro, bem como a informação n.º 22/2010, de 19 de Outubro, documentos que aqui se anexam, e que se dão por integralmente reproduzidos, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – “Considerando o pedido de alteração da concessão do direito de exploração do Parque de Campismo Municipal da Madalena, formulado pela actual concessionária “Haley Jane Smith Veríssimo”, documento que se anexa e se dá, nesta sede, por integralmente reproduzido para os devidos e legais efeitos, cumpre-me informar que: Em 23 de Junho do corrente ano, o Município da Madalena celebrou um contrato de concessão do direito de exploração do Parque de Campismo Municipal da Madalena com a Sr.ª Haley Jane Smith Veríssimo, com a duração de 2 anos, podendo ser renovada por uma vez e por igual período, caso ambas as partes assim o entendam, e com a contrapartida financeira para o Município de 650,00 euros mensais; Pelo presente pedido de alteração da titularidade da concessão, a actual concessionária, alegando motivos de saúde que a obrigarão a uma ausência prolongada da ilha, propõe que a concessão seja transmitida para a Sr.ª Cláudia Rodrigues Brasil da Costa, cujos documentos de habilitação, de conformidade com o Código dos Contratos Públicos, se anexam; Face ao exposto, entende-se que a transmissão da concessão poderá ocorrer, mantendo-se as cláusulas do contrato de concessão celebrado a 23 de Junho de 2010 e apenas alterando-se a titularidade da concessão para a Sr.ª Cláudia Rodrigues Brasil da Costa; A transmissão da concessão



Madalena

MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUENTE N.º 512 070 946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9950-324 MADALENA DO PICO
TELEF. 292 628 700
TELEFAX. 292 628 740
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

Am
Es.
10

de Junho de 2010 e apenas alterando-se a titularidade da concessão para a Sr.ª Cláudia Rodrigues Brasil da Costa.

Deliberação tomada por unanimidade.

3. Centro de Actividades Ocupacionais para Jovens com Deficiência da Santa Casa da Misericórdia da Madalena - Inscrição no Programa Eco-Escolas - Declaração de Inscrição - Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, o registo n.º 7386/2010, de 19 de Outubro, bem como a informação n.º 142/2010, de 19 de Outubro, documentos que aqui se anexam, e que se dão por integralmente reproduzidos, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – *"Tendo em conta a carta enviada pela Santa Casa da Misericórdia da Madalena, na qual esta solicita Declaração do Município a reconhecer e a apoiar a importância desta iniciativa, para a inscrição no Programa ECO-ESCOLA, do Centro de Actividades Ocupacionais para Jovens com Deficiência (CAO); À semelhança dos anos anteriores, deve a Câmara Municipal deliberar sobre a importância da participação das escolas nesta acção, nos termos do Art. 64º, n.º 4, f) da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sendo que, caso entenda apoiar esta iniciativa, deverá emitir a respectiva declaração."*, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 440/2010 (21-10-2010)

- **Emitir a declaração.**

Deliberação tomada por unanimidade.

O Vice-Presidente não participou na discussão e votação, em cumprimento do estipulado no artigo 90º da Lei n.º 5-A/2002.

4. Pedido de transferência de verbas no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre a Câmara Municipal da Madalena e a Junta de Freguesia de São Caetano – Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, em regime de substituição, Sílvia Seco, o registo n.º 7289/2010, de 14 de Outubro, bem como a informação n.º 140/2010, de 19 de Outubro, documentos que aqui se anexam, e que se dão por integralmente reproduzidos, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – *"Considerando o Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre a Câmara Municipal da Madalena e a Junta de Freguesia de S. Caetano em 18 de Maio de 2010, ao abrigo do qual aquela Junta irá realizar actividades/investimentos da competência da Câmara, nos termos do artigo 66º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, implicando uma transferência total de verbas no valor de € 44.759,00; Tendo em conta que a referida Junta vem agora solicitar a transferência de € 1.000,00 da rubrica "Gestão, reparação e conservação equipamentos desportivos propriedade do Município", para a rubrica "Gestão e Conservação de jardins e Espaços Ajardinados"*.

Considerando ainda que tal operação não altera o valor total a ser transferido pela Câmara, mas consiste numa alteração aos direitos e obrigações assumidos e às matérias objecto da delegação patentes no protocolo, nos termos do artigo 66º da lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pelo que deverá a Câmara Municipal deliberar sobre o presente pedido.", o Executivo deliberou:

Deliberação nº 441/2010 (21-10-2010)

- **Autorizar a transferência de 1.000,00€ da rubrica "Gestão, reparação e conservação de equipamentos desportivos propriedade do Município", para a rubrica "Gestão e conservação de jardins e espaços ajardinados".**

Deliberação tomada por unanimidade.

5. Pedido de prolongamento de horário de funcionamento pontual para o dia 31 de Outubro de 2010 até às 04:00h, para o Bar da Casa do Povo de São Mateus – Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, a informação nº 141/2010, de 19 de Outubro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – "Considerando o requerimento apresentado pelo arrendatário do estabelecimento supra identificado, solicitando o prolongamento de horário de funcionamento do bar do mesmo até às 04:00h, no dia 31 de Outubro de 2010, fundamentando que "se pretende realizar o já tradicional baile de Halloween", informa-se que, nos termos do art. 13º do Regulamento de Horários de Funcionamento, o qual versa sobre "Alargamento e restrição de Horários", a competência de alargamento de horário poderá ser exercida pela Câmara Municipal, em épocas festivas tradicionais, designadamente na quadra natalícia, na Páscoa e festas populares ou do município. Tal competência também poderá ser exercida a requerimento dos interessados, devidamente fundamentado, desde que se observem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Situaem-se os estabelecimentos em locais em que os interesses de actividades profissionais ligadas ao turismo o justifiquem;
- b) Não desrespeitem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos munícipes residentes na área onde se situa o estabelecimento;
- c) Não desrespeitem as características sócio-culturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

Assim, tendo em atenção a fundamentação apresentada, e considerando que o requerente se compromete a respeitar as exigências do art. 13º, caso o executivo assim o entenda, poderá ser autorizado o presente



6. Pedido de prolongamento de horário de funcionamento pontual para o dia 6 de Novembro de 2010 até às 03:00h, para José Manuel da Silva Moreira – Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, a informação n.º 142/2010, de 21 de Outubro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – “Considerando o requerimento apresentado pelo estabelecimento supra identificado, sito na Rua das Lajinhas, 66, freguesia das Bandeiras, solicitando o Prolongamento de Horário de funcionamento do mesmo até às 03:00h, no dia 6 de Novembro de 2010, (sábado), fundamentando que em virtude “dos clientes gostarem dos karaokes neste espaço e quererem que os mesmos se prolonguem por mais tempo”, informa-se que, nos termos do art. 13º do Regulamento de Horários de Funcionamento, o qual versa sobre “Alargamento e restrição de Horários”, a competência de alargamento de horário poderá ser exercida pela Câmara Municipal, em épocas festivas tradicionais, designadamente na quadra natalícia, na Páscoa e festas populares ou do município. Tal competência também poderá ser exercida a requerimento dos interessados, devidamente fundamentado, desde que se observem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Situem-se os estabelecimentos em locais em que os interesses de actividades profissionais ligadas ao turismo o justifiquem;
- b) Não desrespeitem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos munícipes residentes na área onde se situa o estabelecimento;
- c) Não desrespeitem as características sócio-culturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

Assim, atendendo à fundamentação do interessado e considerando que o requerente se compromete a respeitar as exigências do art. 13º, nomeadamente no que diz respeito à alínea b), caso o executivo assim o entenda, poderá ser autorizado por deliberação camarária.”, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 443/2010 (21-10-2010)

- **Autorizar o prolongamento de horário de funcionamento pontual para o dia 6 de Novembro de 2010 até às 03:00h.**

Deliberação tomada por unanimidade.

7. Aquisição do edifício para a Sede da Junta de Freguesia de São Mateus – Para deliberação.

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, a informação n.º 59/2010, de 20 de Outubro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – “Considerando que o Município da Madalena deliberou aprovar o supra referido contrato ARAAL de Cooperação Financeira Directa, em reunião ordinária do dia 26 de Agosto de 2010; Considerando que pela Resolução n.º 96/2010, de 7 de Julho, em Conselho de Governo, foi aprovada a comparticipação financeira de 85.000,00 € para apoio à aquisição do

edifício para Sede da Junta de Freguesia de São Mateus; Considerando que o supra referido contrato ARAAL foi assinado em 15 de Outubro de 2010, e publicado no Jornal Oficial, II Série, n.º 199, de 15 de Outubro; Considerando que a entidade adquirente do imóvel é o Município da Madalena, o custo de aquisição ascenderá a 340.000,00 €, sendo que nos termos da alínea a) do artigo 14º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto, a comparticipação financeira do Governo Regional dos Açores ascenderá a 85.000,00 €; Considerando que o Projecto do Plano Plurianual de Investimentos 2010/37 – AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO MATEUS, apresenta um financiamento definido de 85.000,00 € para o exercício económico de 2010, sendo intenção do Município liquidar 170.000,00 € no acto da Escritura, marcada para o dia 26 de Outubro. Assim, deverá proceder-se a uma alteração orçamental com o intuito do Município concretizar a liquidação de 170.000,00 € no corrente exercício económico (Acto da Escritura), e no exercício económico de 2011 o mesmo montante (170.000,00 €); Deste modo, no âmbito do contrato ARAAL de cooperação financeira directa, e em conformidade com a alínea f) do artigo 64º, da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deverá a Câmara deliberar a aquisição, pelo Município da Madalena, do imóvel sito na Rua do Santuário n.º 6, 9950-531 São Mateus, propriedade do Clube Boavista de São Mateus.", o Executivo deliberou:

Deliberação nº 444/2010 (21-10-2010)

- **Adquirir o imóvel sito na Rua do Santuário, n.º 6, Freguesia de São Mateus, Concelho de Madalena, propriedade do Clube Boavista de São Mateus, no valor de 340.000,00€, sendo 170.000,00€ a pagar até ao final do exercício do ano económico de 2010 e 170.000,00€ durante o ano de 2011.**

Deliberação tomada por unanimidade.

8. Projecto de Arquitectura (alteração) Jeirões - Apartamentos Turísticos, Lda. - Processo n.º 015/2006 - Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Manuel Sançana, a informação n.º 454/2010, de 19 de Outubro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – "A requerente, através dos elementos entregues, apresenta as alterações efectuadas durante o decorrer da obra que consistiram na adaptação do quarto de banho da unidade de alojamento designada por "T1a" à sua utilização por utentes com mobilidade condicionada, alterações no posicionamento dos equipamentos das kitchnettes, reposicionamento do estacionamento exterior e alteração parcial do revestimento exterior das unidades de

MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
8950-324 MADALENA DO PICO
TELEF. 292 628 700
TELEFAX. 292 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

Deliberação n.º 445/2010 (21-10-2010)

- **Deferir o pedido.**

Deliberação tomada por unanimidade.

9. Projecto de Especialidades de João Luís Alvernaz de Melo. - Processo n.º 061/2009 - Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Manuel Sançana, a informação n.º 457/2010, de 19 de Outubro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – “Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 28/2010 de 2 de Setembro, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os Projectos de Estabilidade, Rede de Águas e Esgotos, Rede de Gás, ITED e Instalações Eléctricas apresentados pela requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica. Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 28/2010 de 2 de Setembro.”, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 446/2010 (21-10-2010)

- **Deferir o pedido.**

Deliberação tomada por unanimidade.

10. Empreitada de ampliação e remodelação da Rede de Abastecimento de Água no Concelho da Madalena do Pico, 1º Auto de Setembro de 2010 – Para conhecimento.

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Manuel Sançana, o registo n.º 7299/2010, de 14 de Outubro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

Deliberação n.º 447/2010 (21-10-2010)

- **Tomado conhecimento.**

ORDEM DO DIA

I – Divisão Administrativa e Financeira:

1. **Acta da Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 07-10-2010.**

158

Foi dispensada a leitura da acta da Reunião anterior, a qual, foi previamente distribuída aos Senhores Vereadores.

Deliberação nº 448/2010 (21-10-2010)

- **Aprovar a acta.**

Deliberação tomada por unanimidade.

2. Informação dos Responsáveis dos Serviços do cumprimento das deliberações da última reunião - Para conhecimento.

O executivo foi informado, pelos responsáveis de cada Secção, do cumprimento das deliberações da última reunião camarária, em conformidade com o identificado nos documentos remetidos à Presidência para integrarem a ordem do dia da reunião camarária, documentos que se anexam e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos.

Deliberação nº 449/2010 (21-10-2010)

- **Tomado conhecimento**

3. Apresentação do Relatório dos Serviços de 30 de Setembro a 13 de Outubro de 2010 – Para conhecimento.

Foram apresentados ao executivo, pelos Responsáveis de cada Secção, os Relatórios de Actividades dos Serviços, entre o período de 30 de Setembro a 13 de Outubro de 2010, documentos que se anexam e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos.

Deliberação nº 450/2010 (21-10-2010)

- **Tomado conhecimento**

O **Presidente**, aquando da leitura do relatório da Secção Contabilidade, Taxas e Licenças, no concernente a dívidas de terceiros, referiu que o valor em dívida do IROA, SA. não mencionado, respeitante ao abastecimento de água à lavoura, deveria passar a fazer parte integrante do relatório daquela secção.

4. Futebol Clube da Madalena - Horários de Inverno SATA/Domingo - Para conhecimento;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, o registo n.º

Anil
fs.

la

O **Presidente** concordou com o pedido apresentado pelo Futebol Clube da Madalena e considerou que o Executivo deveria, também, manifestar a sua posição junto da SATA, dando conhecimento da mesma à Associação de Futebol da Horta e ao Futebol Clube da Madalena, havendo os Vereadores concordado. O **Vice-Presidente** interveio corroborando com o dito pelo Presidente, reforçando a ideia de se pretender, com isto, receber um retorno do muito que é investido pelo município no desporto do concelho.

5. Escola Profissional do Pico - Inscrição no Programa Eco-Escolas - Declaração de Inscrição - Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, o registo n.º 6986/2010, de 01 de Outubro, bem como a informação n.º 135/2010, de 07 de Outubro, documentos que aqui se anexam, e que se dão por integralmente reproduzidos, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – *"Tendo em conta a carta enviada pela Escola Profissional do Pico, na qual esta solicita Declaração do Município a reconhecer e a apoiar a importância desta iniciativa, para a inscrição no Programa ECO-ESCOLA; À semelhança dos anos anteriores, deve a Câmara Municipal deliberar sobre a importância da participação das escolas nesta acção, nos termos do Art. 64º, nº 4, f) da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sendo que, caso entenda apoiar esta iniciativa, deverá emitir a respectiva declaração."*, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 452/2010 (21-10-2010)

- **Emitir a declaração.**

Deliberação tomada por unanimidade.

6. Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico - Inscrição no Programa Eco-Escolas - Declaração de Inscrição - Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, o registo n.º 7035/2010, de 04 de Outubro, bem como a informação n.º 134/2010, de 07 de Outubro, documentos que aqui se anexam, e que se dão por integralmente reproduzidos, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – *"Tendo em conta a carta enviada pela Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico, na qual esta solicita Declaração do Município a reconhecer e a apoiar a importância desta iniciativa, para a inscrição no Programa ECO-ESCOLA do 1º ciclo de S. Mateus e do Jardim de Infância de S. Caetano; À semelhança dos anos anteriores, deve a Câmara Municipal deliberar sobre a importância da participação das escolas nesta acção, nos termos do Art. 64º, nº 4, f) da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sendo que, caso entenda apoiar esta iniciativa, deverá emitir a respectiva declaração."*, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 453/2010 (21-10-2010)

- **Emitir a declaração.**

Deliberação tomada por unanimidade.

551

7. Informação n.º 136 de 15/10/2010 - Gabinete de Estudos e Planeamento - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, a informação n.º 136/2010, de 15 de Outubro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

O **Presidente** interveio informando a Vereação que este tem sido tema realçado pela comunicação social, havendo sido confrontado nos últimos dias pelos jornalistas pelo facto da Câmara da Madalena aplicar a TMDP. Tratando-se de valores insignificantes, esta medida serve para referenciar encargos que essas empresas trazem ao município pagando elas os seus impostos noutras sedes fiscais.

Com base na intervenção do Presidente e na informação supra mencionada e ora transcrita – “A Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, Lei das Comunicações Electrónicas, veio estabelecer que os direitos e os encargos relativos à implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, de equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados, podem dar origem ao estabelecimento de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem TMDP; Nos termos do artigo 106º, nº 2, alínea b) da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, a TMDP, é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de Comunicações Electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município. Esse percentual é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar 0,25%. Assim, deverá a aprovação do percentual de TMDP a aplicar pelo Município da Madalena para o ano de 2011, ser remetido ao Executivo Camarário, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos do artigo 53º, nº2, alínea e), da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Deverá ser posteriormente enviado à ANACOM, o valor da TMDP deliberada. Ainda, e de acordo com a Circular nº16/2005-PB da ANMP, embora a Lei não prescreva nenhuma obrigatoriedade de comunicação de quaisquer elementos, aquela Associação tem por conveniente que se proceda à notificação, através de carta registada com aviso de recepção, às empresas sujeitas a TMDP, com os seguintes elementos:

- Deliberação municipal que aprovou o percentual da taxa;
- A tabela de conversão dos Códigos Postais;
- O NIB do município.

Face ao exposto, deverá o Executivo fixar o percentual de TMDP a aplicar em 2011, cujo valor não poderá ultrapassar os 0,25%.”, o Executivo deliberou:



Madalena

MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9560-324 MADALENA DO PICO
TELEF. 292 625 790
TELEFAX. 292 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

*Amor
fer.
m*

8. Informação n.º 56 de 14/10/2010 - Divisão Administrativa e Financeira - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, a informação n.º 56/2010, de 14 de Outubro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – “Considerando o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-lei 287/2003, de 12 de Novembro, alterado pela Lei 6/2006 de 27 de Fevereiro, pelo Decreto-lei n.º 238/2006, 20 de Dezembro, pela Lei n.º 67-A/2008, Lei 64/2008, de 05 de Dezembro, Lei 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei 3-B/2010, de 28 de Abril, que estatui que o Imposto Municipal sobre imóveis incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmo se localizam. Considerando que a Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal, fixa anualmente o valor das taxas do imposto municipal sobre imóveis incidentes sobre prédios urbanos, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e artigo 112.º n.º 5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. Considerando que o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112, estabelece a possibilidade de fixação das taxas entre 0,4% a 0,7% para os prédios urbanos e entre 0,2% e 0,4% para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI. Considerando que estatui o artigo 112.º no n.º 13 que “ As deliberações da Assembleia Municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Direcção Geral dos Impostos para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro”. Assim, poderá a Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, propor a Assembleia Municipal fixar taxa entre 0,4% a 0,7% para os prédios urbanos e entre 0,2% e 0,4% para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI.”, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 455/2010 (21-10-2010)

- **Aplicar a taxa mínima de 0,2% para os Prédios Urbanos Avaliados.**
- **Aplicar a taxa mínima de 0,4% para os Prédios Urbanos.**
- **Remeter à Assembleia Municipal para a competente aprovação daquele órgão autárquico.**

Deliberação tomada por unanimidade.

9. Casa Pronta - Documentos a disponibilizar pelas Câmaras às Conservatórias - Para deliberação;

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Sílvia Seco, o registo n.º 6589/2010, de 16 de Outubro, bem como a informação n.º 137/2010, de 15 de Outubro, documentos que aqui se anexam, e que se dão por integralmente reproduzidos, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – “O Decreto-Lei nº 263-A/2007, de 23 de Julho, criou um procedimento especial de transmissão, oneração e registo imediato de prédio urbano em atendimento presencial único – vulgar Casa Pronta. Nesse âmbito, parte do procedimento passa pela

871

disponibilização de plantas às Conservatórias por parte das Câmaras Municipais, preferencialmente por via electrónica, nos termos dos n.ºs 2, 7, 8 e 9 do artigo 8 do diploma supra referido. Face ao exposto, e em cumprimento do Despacho do IRN, IP n.º 100/2010, o qual se junta em anexo, veio a Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial da Madalena, solicitar que a Câmara informe por escrito, se fornece gratuitamente àqueles serviços os documentos necessários ao processo Casa Pronta. Nos termos do Despacho n.º 100/2010, nos Municípios em que as respectivas Câmaras se recusem a disponibilizar gratuitamente os documentos, os serviços de notariado alertam os utentes do procedimento Casa Pronta, de que terão de ser eles próprios a diligenciar pela obtenção dos mesmos, junto do respectivo Município. Tendo em conta o já referido, não resulta da legislação mencionada qualquer obrigação de fornecimento gratuito de documentos à Conservatória, por parte da Câmara Municipal. O fornecimento dos documentos referidos pelo Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de Julho, implica o pagamento de uma taxa à autarquia, conforme se pode verificar na nossa Tabela de Taxas Municipais. Não obstante o facto do Regulamento das Taxas Municipais prever no artigo 4º isenções e reduções de tais taxas, o IRN, IP, não é uma das entidades abrangidas, pelo que, não poderá ser isentada do pagamento de qualquer taxa, por esta via. Analise-se ainda o conceito de taxa, tal como vem formulado do Artigo 3º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais: "As taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local (...)". Considerando a lei que taxas são tributos, então, nos termos do n.º 2 do artigo 12º da Lei das Finanças Locais: "A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios." Assim, e apesar de não existir qualquer obrigação legal, caso a Câmara entenda isentar os serviços do IRN, IP, em concreto a Conservatória da Madalena, do pagamento das taxas referentes à disponibilização dos documentos necessários ao procedimento Casa Pronta, poderá deliberar no sentido de propor à Assembleia Municipal que conceda tal isenção.", o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 456/2010 (21-10-2010)

- Não fornecer gratuitamente, à Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Madalena, os documentos constantes ou necessários nos termos e para os efeitos dos n.ºs 2, 7, 8 e 9 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de Julho. Remeter ainda às Associações de Municípios, cópia da resposta do Município ao pedido, bem como do registo apresentado, no sentido de solicitar uma posição em relação a este assunto.

Deliberação tomada por unanimidade.

**MUNICÍPIO DA MADALENA**

CONTRIBUINTE N.º 512 070 948
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
3950-324 MADALENA DO PICO
TELEF: 292 628 700
TELEFAX: 292 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

Handwritten signatures and initials:
AIM
J.C.
[Signature]
[Signature]

11. 13.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano - Para deliberação

Foi apresentado ao executivo, pela Técnica Superior Hélia Dutra, a informação n.º 76/2010, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – *"Cumpre-me informar V. Exa. que segundo orientações superiores, se torna necessário proceder a uma Alteração ao Orçamento e às Grandes opções do Plano, dado a seguintes rubricas não terem dotação suficiente, da seguinte forma:*

Rubricas a reforçar: 2010/37 Aquisição do Edifício Sede da Junta de Freguesia de São Mateus:

Classificação Orçamental 0102.07010301.....85.000,00 Euros

Encargos com a saúde:

Classificação Orçamental 0102.010301.....15.000,00 Euros

Encargos das instalações:

Classificação Orçamental 0102.020201.....20.000,00 Euros

Outras restituições:

Classificação Orçamental 0102.06020301.....3.420,00 Euros

Rubricas a deduzir:

2010/4 Revisão e Implementação do Plano Municipal Emergência:

Classificação Orçamental 0102.070113.....750,00 Euros

2010/26 Apoio Investimento Instituições Carácter Cívico e Religioso:

Classificação Orçamental 0102.080701.....44.250,00 Euros

2010/31 Aquisição de Terrenos – Rede Viária:

Classificação Orçamental 0102.070101.....40.000,00 Euros

Pessoal em qualquer outra situação:

Classificação Orçamental 0102.010109.....15.000,00 Euros

Subsídio de refeição:

Classificação Orçamental 0102.010113.....23.420,00 Euros

Assim, solicita-se a V. Exa. se digne autorizar a preparação da referida alteração orçamental, a qual deverá ser presente à próxima Reunião Camarária, para aprovação, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A /2002, de 11 de Janeiro.", o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 458/2010 (21-10-2010)

- **Autorizar a 13.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.**

Deliberação tomada por unanimidade.

II. Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos**II.1. Informações Prévias****1. José Fernando Gaspar da Rosa - Processo n.º 005/2010 - Para deliberação.**

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Manuel Sançana, a informação n.º 448/2010, de 15 de Outubro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supra mencionada e ora transcrita – “O requerente, na qualidade de promitente adquirente e com autorização do proprietário, pretende proceder à construção de um armazém destinado ao fabrico de blocos de betão, num lote de terreno sito à Rua Conselheiro Miguel António da Silveira, Madalena. A pretensão respeita os parâmetros urbanísticos do Loteamento n.º 03/92, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 01/93, e no que este é omissivo, os parâmetros do Espaço Urbano da Madalena/Criação Velha. Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro. Deverá ser chamada a atenção ao requerente, de que em fase de licenciamento a pretensão terá de ser sujeita a licenciamento industrial.”, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 459/2010 (21-10-2010)

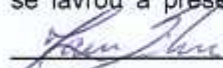
- **Deferir o pedido.**

Deliberação tomada por unanimidade.

O munícipe **Luís Furtado Figueiredo**, que assistiu à reunião camarária, interveio questionando o Executivo, relativamente às obras do Porto da Madalena, se têm conhecimento da existência de alguma comissão de acompanhamento do eventual património subaquático e, se não, se fazem alguma intenção de apurar tal situação. O **Presidente** respondeu à questão dizendo que a Câmara não tem conhecimento de nenhuma comissão de acompanhamento e, aliás, toda a informação relacionada com as obras do Porto da Madalena, é sabida através da comunicação social. Em relação à intenção de apurar tal pretensão, e verificando-se esta preocupação, a Câmara tentará junto do Governo Regional uma resposta para esta questão.

Iniciada às 10:00 H e encerrada às 11:17 H.

Aprovada em 21-10-2010 em minuta e publicada através do Edital n.º 31

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada esta reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por todos os membros do executivo presentes, e eu  redigi e subscrevi, ficando os responsáveis dos serviços encarregues de dar imediata execução às deliberações tomadas no respeitante aos seus departamentos.

O PRESIDENTE:

